



# Informativo do **sindPREvs** FENASPS

Sindicato dos Servidores Públicos Federais em Saúde, Trabalho, Previdência e Ação Social do Estado do Paraná



FACEBOOK : <https://www.facebook.com/sindprevssindserv.federais>

## NOTÍCIAS EM DESTAQUE **25** DE MARÇO

Para tentar salvar PT, Lula e popularidade, Dilma vai rever ajuste fiscal proposto por Levy.



## Reajuste dos servidores federais? Só se for parcelado

Um reajuste salarial para os servidores públicos federais é possível, desde que parcelado e abaixo do índice de 27,3% almejado pelo Fórum Nacional de Entidades do Serviço Público. A afirmação é do ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, que se reuniu, na semana passada, com representantes de 49 entidades de classe do funcionalismo federal.

### Discurso alinhado

Os sindicalistas chegaram à reunião com discurso alinhado. Deixaram claro que o índice de 27,3% levado à reunião representa as perdas inflacionárias ocorridas ao longo do governo Dilma e a expectativa de inflação para 2016, com um ganho real de 2% embutido no cálculo. Barbosa deixou claro que reajuste linear na ordem de 27,3% estaria “fora da realidade orçamentária atual”. Mas disse que o governo está disposto a negociar.

### Entre maio e julho

A interlocução seguirá sendo feita pela Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério Planejamento (SRT), comandada por Sérgio Mendonça. O plano do governo prevê que o mês de abril seja utilizado para análise da conjuntura atual, enquanto as negociações de fato aconteceriam entre maio e julho. Os

encaminhamentos de projetos de lei, com possíveis soluções para as demandas, ocorreriam até 31 de agosto, data limite para que o governo encaminhe a proposta orçamentária para o Congresso. (JORNAL DE BRASÍLIA)

## **Campanha salarial 2015 dos SPF**

### **Governo quer reduzir relação entre folha de pagamento do funcionalismo e PIB**

#### **Planejamento disse que só iniciará reuniões com servidores em maio**

Depois de mais de três horas de reunião com representantes das 32 entidades que compõem o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais e de mais 14 entidades sindicais e 5 centrais, o ministro Nelson Barbosa declarou que o objetivo do governo é diminuir o peso da folha de pagamento do funcionalismo no orçamento da União e que não há espaço fiscal para atender a reivindicação de reajuste linear de 27,3% apresentada pelo Fórum dos SPF.

“Nós mantemos nossa diretriz já adotada em anos anteriores de promover uma redução gradual do gasto primário com folha de pagamento em relação ao percentual do PIB. Esse gasto primário vem caindo”, disse Barbosa, em entrevista após a reunião. O ministro lembrou que em 2002, último ano do governo de Fernando Henrique Cardoso a folha representava 4,8% do PIB, já em 2012, caiu para 4,2%, com pequena elevação no ano passado – 4,3% – devido ao desaceleramento do crescimento econômico.

O ministro do Planejamento destacou ainda que a intenção do governo é fechar um acordo para mais de um ano, que possibilite que o gasto da União com a folha continue caindo ao longo dos próximos anos.

Barbosa condicionou a possibilidade de negociação à recuperação do PIB e ainda que não reconhece a perda salarial apresentada pelos servidores.

De acordo com o presidente do ANDES-SN, Paulo Rizzo, durante a reunião, o ministro apresentou o problema das contas do governo, destacou que houve um resultado negativo em 2014 e que o todo o esforço do governo neste momento é para reverter essa situação. “No entanto, a fórmula que eles apresentam é o ajuste fiscal, com retirada de direito dos trabalhadores e redução da folha de pagamento do funcionalismo, o que pode representar a terceirização de várias funções no serviço público”, alerta Rizzo. O presidente do ANDES-SN ainda destaca que o ministro Barbosa aponta para a necessidade de aumentar a arrecadação da União, mas o governo não coloca na pauta medidas como a taxação das grandes riquezas e a auditoria da dívida pública. “O governo fala em aumentar a arrecadação, mas só quer fazer isso à custa dos trabalhadores. No entanto, não mexe na grande sanguessuga do orçamento da União, que é a dívida pública. Ao contrário, promove o ajuste fiscal para continuar pagando os juros e amortização dessa dívida, quando deveria propor a sua auditoria”, complementa.

#### **Calendário**

Na reunião com as entidades sindicais, o Planejamento apresentou uma proposta de calendário para início das reuniões em maio, com prazo de negociação até julho já que o envio da proposta de Orçamento de 2016 ao Congresso deve ser feito até 31 de agosto, o que foi rebatido pelo Fórum dos SPF. O ministro do Planejamento disse ainda que as reuniões serão encaminhadas pelo Secretário de Relações do Trabalho, Sergio Mendonça, o qual afirmou que três meses é um tempo razoável para se chegar a um termo de acordo.

“Nós cobramos que seja antecipado o processo de negociação, uma vez que nossa pauta já foi protocolada e não temos que esperar até maio. Colocamos também que não aceitaremos a retirada de direitos dos trabalhadores e reivindicamos que a mesa seja com o Fórum dos SPF, e não com cada entidade, e que os interlocutores do governo tenham poderes efetivos de negociação”, contou Rizzo, ressaltando que apesar das entidades terem sido convidadas individualmente para a reunião, aquelas que compõem o Fórum se apresentaram de forma unificada e cobraram o cumprimento da pauta da Campanha Salarial dos SPF.

O presidente do ANDES-SN destacou a importância da Jornada de Lutas em Brasília no início de abril (7 a 9) para pressionar o governo iniciar o processo de negociação. “Precisamos intensificar a luta para revertermos os ataques aos trabalhadores. Será necessária ampla mobilização dos servidores para pressionar o governo a abrir negociações e avançar na garantia dos direitos sociais e de serviços públicos de qualidade”, ressalta.

#### **Agenda de lutas dos SPF:**

Março: Jornada de lutas dos SPF nos estados, com discussão, nas assembleias, sobre o indicativo de greve unificada dos SPF;

7 a 9 de abril: Jornada Nacional de Lutas, em Brasília (DF), com a discussão sobre o indicativo de greve dos SPF. (Fonte: CSP Conlutas com informações ANDES/SN)

## **Funasa é condenada a indenizar agente de saúde intoxicado por uso de pesticidas**

Agentes de saúde que desempenharam a função sem proteção adequada fazem jus à indenização por danos morais. Essa foi a tese adotada pela 6ª Turma do TRF da 1ª Região para confirmar sentença de primeiro grau que condenou a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) a indenizar em R\$ 20 mil um servidor público, agente de saúde, que exerceu a profissão sem proteção contra pesticidas.

Na apelação, a Funasa sustentou a prescrição do pedido, uma vez que o vínculo empregatício do autor com a entidade cessou em 1990 por ocasião da entrada em vigor da legislação dos servidores públicos. Alegou que ocorreu, no caso, a prescrição quinquenal por força da afirmação do requerente acerca do dano sofrido em 2000. Reforçou que o pesticida que supostamente afetou o agente de saúde, o Dicloro-Difenil-Tricloroetano (DDT), não é utilizado em campanhas públicas desde 1997. Por fim, defendeu a inocorrência de dano moral ou material, tendo em vista que o autor não citou qualquer sintoma sofrido pela possível intoxicação.

O Colegiado rejeitou todos os argumentos apresentados pela Funasa no recurso. Com relação à prescrição, o relator, desembargador federal Kassio Nunes Marques, esclareceu que o cômputo do prazo prescricional quinquenal objetivando o ingresso da ação de indenização começa quando o titular lesionado conhece o dano e suas sequelas. Além disso, segundo o magistrado, o autor trouxe aos autos exame laboratorial comprovando o envenenamento de seu sangue com pesticidas, assim como provas do período em que exerceu a profissão de agente de saúde sem receber a devida proteção à sua saúde.

“A meu ver, a sentença não merece reparos. O panorama fático-probatório constata a exposição à qual o autor foi submetido por força da profissão. Tal fato é corroborado pelo resultado das análises efetuadas neste profissional, que demonstrou padrões de contaminação acima daquele patamar de intoxicação revelado na Portaria 12, de 6 de junho de 1983, emitida pela Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho”, afirmou o relator em seu voto.

O desembargador Kassio Nunes Marques também ressaltou que a sentença de primeiro grau seguiu jurisprudência do TRF1 no sentido de que “cabe indenização por danos morais para os agentes de saúde que desempenharam a função sem proteção adequada pertencentes ao quadro funcional da Funasa, mediante comprovação do efetivo exercício no cargo”.

Com tais fundamentos, A Turma, de forma unânime, negou provimento à apelação da Funasa.

Processo n.º 0002779-27.2013.4.01.3000 – (Fonte: Assessoria de Imprensa do TRF)

## **Oposição se movimenta na Câmara em busca de assinaturas para a CPI dos Fundos de Pensão**



Lupa na mão – Liderada pela bancada do PPS, a oposição faz nesta terça-feira (24), no plenário da Câmara dos Deputados, um mutirão para a coleta de assinaturas com o objetivo de criar a CPI dos Fundos de Pensão. Até a manhã desta terça, o pedido já tinha o apoio de 114 deputados, mas de acordo com o Regimento Interno da Casa é necessário um mínimo de 171 assinaturas para viabilizar a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Até o momento, somente deputados de 12 partidos assinaram o pedido de CPI. Outras 15 bancadas ainda não deram qualquer apoio, aí inclusas, por exemplo, as do PT, PCdoB, PDT, PROS e PTB. No PMDB, que conta com 66 deputados, somente quatro referendaram o requerimento.

De acordo com o líder do PPS, deputado federal Rubens Bueno (PR), a expectativa é de que até quarta-feira (25) seja possível alcançar o número de assinaturas. Apesar de cinco CPIs já estarem funcionando na Câmara, número máximo permitido, o parlamentar acredita que, com os apoios garantidos, será instalada a CPI dos Fundos de Pensão em no máximo quatro meses.

Bueno alertou para a urgência da investigação diante dos verdadeiros rombos de que têm sido vítimas os fundos de pensão das estatais. “Rombos que, em sua quase totalidade, são fruto da administração temerária de gestores nomeados pelas estatais que lhes patrocinam: Correios, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, e como não poderia deixar de ser, a Petrobras”, ressaltou.

**Rombo bilionário**

A situação do fundo dos funcionários dos Correios é dramática e atinge mais de 90 mil trabalhadores. “No Postalís o prejuízo acumulado, de R\$ 5,6 bilhões, já superou o valor de seus ativos líquidos, que é de R\$ 5 bilhões”, exemplificou Rubens Bueno.

Na edição da última segunda-feira (23), o jornal “O Estado de S. Paulo” informou que funcionários dos Correios tentam evitar, por meio de uma batalha judicial e pela força das greves, que os participantes do Postalís tenham uma redução de 25,98% em seus contracheques a partir de abril de 2015 pelo período de 15 anos e meio. Segundo a administração do fundo, esse desconto é necessário para cobrir o rombo bilionário de R\$ 5,6 bilhões.

Para o líder do PPS, gestores apadrinhados pelo PT e PMDB, que deveriam estar aplicando o dinheiro dos trabalhadores para garantir-lhes uma aposentadoria tranquila, estão, na verdade, “atuando como despachantes dos partidos políticos que, não satisfeitos em saquear a Petrobras, estão também saqueando, sem rodeios, o dinheiro do trabalhador brasileiro”.

O deputado lembra que ainda estão sob influência dos dois partidos políticos o fundo Funcef, da Caixa, e Petros, da Petrobras. Os dois também contabilizam prejuízos bilionários.

Em contato com Rubens Bueno, lideranças que representam os trabalhadores afirmaram que funcionários dos Correios de todo o país preparam uma vinda a Brasília nesta semana para pressionar os deputados a assinarem o requerimento da CPI dos Fundos de Pensão.

“O aparelhamento político dos fundos de previdência complementar, que têm funcionários de estatais e servidores públicos como participantes, associado aos prejuízos milionários recorrentes e decorrentes de sua má gestão, assinalam mais um possível foco de corrupção que carece ser investigado com a máxima urgência”, diz a justificativa do requerimento para abertura da CPI, que é assinado, além do líder do PPS, pelos líderes do DEM, Mendonça Filho (PE), e do PSDB, Carlos Sampaio (SP).(UCHO.INFO)

## **Reforma política ou mais um remendo?**

Nos últimos 30 anos, às vésperas de cada ano eleitoral, o Congresso Nacional promove uma “pequena reforma política” que, na verdade, nunca passa de um remendo para adequar a legislação eleitoral às conveniências de momento dos próprios parlamentares ou do Poder Executivo. Foi assim com Sarney, que ganhou mandato de cinco anos; com FHC, que instituiu a reeleição; com Lula, quando denúncias de caixa dois em campanha forçaram medidas moralizadoras. Em apenas uma ocasião houve efetiva mudança transformadora: na aprovação da Lei da Ficha Limpa, que – aí está o diferencial – foi imposta pelo clamor popular.

E o ritual se repete mais uma vez. Uma Comissão Especial da Câmara dos Deputados estuda modificar a legislação eleitoral para as eleições de 2016, tendo prazo regimental até o início de maio para concluir seus trabalhos. Depois disso, a sua proposta deverá ser votada em plenário.

A diferença hoje é a forte pressão da sociedade, que desde aquele junho de 2013 está nas ruas, revelando um país mobilizado, disposto a apoiar uma ruptura com o sistema atual. A dúvida é saber se, de fato, teremos uma Reforma Política com letras maiúsculas. É preciso dar continuidade a essa pressão popular, assegurando que as propostas da sociedade civil organizada também sejam apreciadas.

“Toda essa crise ética e moral exposta pela Operação Lava Jato tem origem no financiamento privado de campanha”

Na mesa estão questões fundamentais e necessárias, como o fim do financiamento privado de campanha, o fim da reeleição para cargos do Executivo, a limitação no número de mandatos de parlamentares, a unificação de data para as eleições e a limitação nos gastos de campanha, entre outras medidas que, no conjunto, possam devolver ao Brasil a credibilidade perante o seu povo e a comunidade internacional, trazendo óbvios reflexos sobre a economia nacional. Sem falar no resgate da legitimidade da representação parlamentar.

Apenas para ficar em um exemplo dos danos do modelo em vigor, toda essa crise ética e moral exposta pela Operação Lava Jato tem origem no financiamento privado de campanha. Está claro que essa rede de corrupção – que não se restringe a apenas uma estatal – faz parte de uma gigantesca engrenagem que nasce na troca de favores entre a classe política e o capital.

Não é este ou aquele partido; não é este ou aquele político; não é esta ou aquela empreiteira. A verdadeira responsável por essa mazela institucionalizada chama-se Lei 9.504/97, a nossa Lei Eleitoral (e suas complementações): um mosaico de distorções e absurdos corporativistas e maniqueístas, ao qual estamos submetidos como regramento do nosso cotidiano político e que facilita a criminalidade do colarinho-branco.

Diante disso, fica difícil imaginar que esse mesmo Congresso Nacional possa trazer à luz uma legislação transformadora. Não acredito em mudanças profundas no sistema político brasileiro que sejam aprovadas por pessoas eleitas pelas regras que devem ser mudadas. Por isso, creio que, se fracassada esta nova tentativa, devemos refletir sobre a possibilidade de o Brasil superar o debate jurídico e encontrar uma saída constitucional para a convocação de uma assembleia nacional constituinte exclusiva para a reforma política.

De uma ou de outra forma, o novo texto terá de necessariamente subtrair privilégios, desmontar estruturas corruptas, cassar poderes de coronéis e oligarquias políticas e econômicas. Sem isso, as vozes das ruas sempre acabarão roucas.

Não basta apenas transformar insatisfação em protestos de rua. É preciso avançar e agir por uma reforma política que dê fim a esse processo de remendos cíclicos que jamais objetivam uma nação melhor. (CHICO BRASILEIRO é deputado estadual e líder do PSD na Assembleia Legislativa – GAZETA DO POVO).

## **Dilma sofre nova derrota, e Câmara a obriga a revisar dívidas dos Estados**

Terá de ser cumprida lei que reduz dívida de estados e municípios



A votação foi articulada por Eduardo Cunha e Renan Calheiros.

Por 389 votos a 2, a Câmara dos Deputados aprovou na noite desta terça-feira (24) um projeto de Lei Complementar 37/15, do deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ), que obriga a presidente Dilma Rousseff a regulamentar em até 30 dias a lei que trocou os indexadores das dívidas de Estados e municípios com a União.

O prazo contará a partir da data da manifestação do devedor, protocolada no Ministério da Fazenda. Depois desse prazo, o devedor poderá recolher, a título de pagamento à União, o montante devido com a aplicação da lei, ressalvado o direito da União de cobrar eventuais diferenças após o recálculo.

A votação dessa proposta, que agora será analisada pelos senadores, foi acertada na tarde de ontem pelos presidentes da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL).

Ambos se queixaram que, por conta do esforço fiscal deste ano, a presidente estava adiando a regulamentação da lei para evitar que os entes federados realizassem os pagamentos de acordo com os novos fatores de correção - melhores para Estados e municípios, mas menos vantajosos para o governo federal.

Atraso na aplicação

Os deputados aprovaram, em 2013, o Projeto de Lei Complementar 238/13, do Executivo, transformado na Lei Complementar 148/14, para mudar o índice de correção das dívidas de estados, do Distrito Federal e de municípios com a União.

A renegociação de índice diminuirá o saldo devedor, com recálculo valendo a partir de 1º de janeiro de 2013. O projeto foi aprovado pelo Senado em outubro de 2014 e [sancionado](#) pela presidente Dilma Rousseff em novembro.

Desde 1997, no caso dos estados; e de 2001, no caso dos municípios, as dívidas são corrigidas mensalmente pelo IGP-DImais 6%, 7,5% ou 9%, conforme o contrato.

A nova lei, cuja aplicação está sendo reforçada pelo projeto, determina a correção das dívidas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mais 4% ou a taxa Selic, o que for menor.

O presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, disse nesta terça-feira que fechou acordo com o presidente do Senado, Renan Calheiros, para acelerar a análise do projeto. "Queremos que [a lei] seja implementada da forma como o texto foi sancionado pela presidente", declarou Cunha.

Descontos

A lei também autoriza a União a conceder desconto sobre os saldos devedores dos contratos. Esses descontos devem ser equivalentes à diferença entre o saldo devedor existente em 1º de janeiro de 2013 e aquele apurado usando-se a variação acumulada da taxa Selic desde a assinatura do contrato até essa mesma data, considerando-se os abatimentos.(DIÁRIO DO PODER)

## 'Não estamos atropelando nada, nem ninguém', diz Dilma sobre MP do salário mínimo

Depois de assinar Medida Provisória que trata da política de salário mínimo de 2016 a 2019, a presidente Dilma Rousseff disse nesta terça-feira, 24, que o Palácio do Planalto não está "atropelando nada nem ninguém". A MP mantém a atual política para a área, de combinação da recomposição da inflação do ano anterior mais uma taxa de aumento real equivalente ao crescimento do PIB de dois anos antes.

O Planalto costurou um acordo com o PMDB e o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que resultou na retirada da pauta de votações de um projeto que estendia até 2019 a política de reajuste do salário mínimo. Isso poderia dar o mesmo gatilho de reajuste para todo o regime geral da Previdência.

Arquivo/Bonde



"Temos no dia 1º de maio, daqui a um mês, nós temos o Dia do Trabalhador. Tradicionalmente foi sempre o Executivo que enviou as Medidas Provisórias de valorização do salário mínimo. Essa não foi a primeira vez que fizemos, é a segunda que eu assino", disse Dilma a jornalistas, depois de participar de solenidade de assinatura da MP, no Palácio do Planalto.

"Então o que temos certeza é que essa Medida Provisória tem urgência e tem toda a justificativa para ser enviada. Sempre fizemos isso. Não há nada de diferente. Não estamos atropelando nada, nem ninguém. Estamos exercendo uma coisa que é característica do governo: o direito de iniciativa em algo que gera despesas", comentou a presidente, destacando que o acordo foi acertado com a base aliada. (AGÊNCIA ESTADO)

## Para Financial Times, a crise no Brasil vai piorar

O Brasil está em meio a uma crise causada pelo próprio País e, antes de melhorar, a situação vai piorar. Esse é o resumo do principal editorial publicado ontem pelo jornal britânico Financial Times.

Apesar da situação negativa, o editorial reconhece que o Brasil está longe do quadro de hiperinflação.

"Melhor ainda, as instituições estão se segurando, especialmente o Judiciário."

"O Brasil está em crise. No início deste mês, mais de um milhão de manifestantes foram às ruas para expressar seu descontentamento. Grande parte do País sofre racionamento de água após um longo período de seca", diz o editorial com o título "A queda do encanto do Brasil é de sua própria autoria".

"A Petrobras está envolvida em um escândalo de corrupção épico que viu até US\$ 10 bilhões desviados. A economia deverá encolher este ano e talvez também no próximo ano, o que seria o pior desempenho desde 1931", informa o texto.

"Os índices de aprovação de Dilma Rousseff já caíram para 13%. Parece que foi ontem que o País festejava boas novas. Portanto, a queda foi espetacular. Infelizmente, a situação está suscetível a piorar ainda mais."

Esteroides. Para o FT, parte do boom dos últimos anos foi resultado de "esteroides", como o superciclo das

commodities e o boom do crédito. Esses benefícios foram aproveitados sem disciplina, diz o FT. "Agora, o processo está acontecendo em marcha à ré."

O editorial afirma que o colapso do real é uma "reprecificação dramática" da economia. "Mas a taxa de câmbio real ponderada pelo comércio ajustada pela inflação ainda é maior do que a média de 20 anos. Os custos unitários do trabalho também são maiores em dólar do que em 2010. Assim, é possível que a moeda se enfraqueça ainda mais."

"O governo, que está há 12 anos no poder, culpou fatores externos. Mas a confusão é em grande parte de autoria do próprio Brasil. Para um contraponto é só olhar para os vizinhos orientados aos mercados voltados para o Pacífico, como o Chile, Colômbia e Peru. Eles aproveitaram boom de crédito e commodities semelhante, mas sem essa ressaca. Essas economias ainda estão crescendo rápido", diz o FT. Apesar da série de problemas na economia e política, o FT diz que "tudo não é totalmente ruim para o Brasil". "O País está longe de cair de volta no caminho da hiperinflação. Melhor ainda são as instituições que estão se segurando, especialmente o Judiciário", diz o texto ao lembrar que vários políticos de alto escalão envolvidos no mensalão foram condenados. Agora, outros nomes tão importantes estão sendo investigados pelo escândalo na Petrobras. Além disso, o editorial cita que Eike Batista pode ir para a cadeia. "Isso teria sido impensável há alguns anos, quando a impunidade reinava."

"Então, a crise no Brasil é ruim e provavelmente vai piorar antes de melhorar. No entanto, poderia ter sido ainda pior. É uma espécie de progresso para o 'País do futuro', como diz o clichê. Acima de tudo, isso significa que o Brasil ainda tem um." (O ESTADO DE S. PAULO)

## Senado aprova fim das coligações nas eleições proporcionais

Somente serão admitidas coligações nas eleições majoritárias (senador, prefeito, governador e presidente da República). PEC segue para votação em dois turnos na Câmara



Jefferson Rudy/Agência Senado

PEC compõe pacote de projetos relativos à reforma política

O Plenário do Senado aprovou nesta terça-feira (24), em segundo turno, o fim das coligações partidárias nas eleições proporcionais. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 40/2011, do ex-senador José Sarney (PMDB-AP), havia sido aprovada em primeiro turno há duas semanas e faz parte de um grupo de matérias relacionadas à reforma política selecionadas pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, e pelos líderes partidários.

Foram 62 votos a favor e apenas três contrários, além de uma abstenção. Para uma PEC ser aprovada, é preciso o apoio de três quintos dos senadores, ou seja, no mínimo 49 votos. A matéria agora segue para análise da Câmara dos Deputados. Pela proposta, somente serão admitidas coligações nas eleições majoritárias – para senador, prefeito, governador e presidente da República. Fica assim proibida a coligação nas eleições proporcionais, em que são eleitos os vereadores e os deputados estaduais, distritais e federais.

### Representação

Para o senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), a aprovação da proposta é um primeiro e importante passo nas reformas que estão sendo discutidas no Congresso. O senador disse que a medida vai aprimorar o sistema de representação política no Brasil. Já o senador Omar Aziz (PSD-AM) reconheceu que o fim das coligações pode ser um passo importante, mas defendeu o debate sobre o financiamento das campanhas, "com urgência". Por sua vez, o senador João Capiberibe (PSB-AP), avaliou que o fim da reeleição deve ser outro tema tratado com urgência pelo Congresso. O senador Walter Pinheiro (PT-BA), ao votar favorável à proposta, também cobrou a inclusão de outras pautas que promovam uma reforma política ampla, como a reestruturação dos partidos e o financiamento eleitoral.

Na visão do senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), a proposta pode tirar do processo político “os oportunismos eleitorais”. O senador Blairo Maggi (PR-MT) disse que o fim das coligações nas eleições proporcionais traz tranquilidade aos pleitos e moraliza as eleições, pois pode ajudar a acabar com as legendas de aluguel.

— A proposta pode trazer maior valor e mais representatividade dos partidos junto à população — opinou Maggi.




### Articulação

O senador Aécio Neves (PSDB-MG) elogiou a iniciativa de Renan em trazer para o Plenário do Senado temas da reforma política. No entanto, o senador pediu uma articulação mais clara com a Câmara dos Deputados, para que uma matéria aprovada em uma Casa não fique esquecida em outra. Ele lembrou que muitos projetos já foram aprovados no Senado e não tiveram andamento na Câmara, mas apoiou a PEC 40.

— Esta matéria é extremamente relevante para que tenhamos partidos políticos conectados com a sociedade — declarou.

Em resposta, Renan informou que, mais cedo, teve um encontro com o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), em que ficou acertada uma agenda comum entre as duas Casas do Congresso, tendo a reforma política como um dos assuntos principais para o que definiu como “pauta expressa”.

Propostas da reforma política votadas até o momento:

Projeto	Conteúdo	Situação
 <a href="#">PEC 40/2011</a>	Acaba com as coligações em eleições proporcionais, em que são eleitos os vereadores e os deputados estaduais, distritais e federais. Somente serão admitidas coligações nas eleições majoritárias – para senador, prefeito, governador e presidente da República.	Aprovado em segundo turno no Senado, segue para a Câmara.
 <a href="#">PLC 4/2015</a>	Estabelece o tempo mínimo de cinco anos de existência para que partidos políticos possam se fundir. O objetivo é evitar que sejam criadas legendas apenas para driblar a fidelidade partidária.	Aprovado na Câmara e no Senado, aguarda sanção presidencial.
 <a href="#">PEC 58/2013</a>	Aumenta de 0,5% para 3,5% o percentual do eleitorado exigido como apoio para que um partido possa ser registrado no TSE. Também exige que os apoiadores estejam distribuídos por mais estados e num percentual maior do que o previsto hoje. O objetivo é dificultar a criação de legendas sem representação nacional.	Rejeitada no Senado, será arquivada.

(AGÊNCIA SENADO)

## Manifestantes vão ao Congresso contra financiamento privado de campanhas

Ato em frente ao Congresso Nacional com 200 sacos que representam dinheiro cobra reforma política. Representantes de entidades da sociedade civil instalaram nesta terça-feira (24) 200 sacos simbolizando dinheiro no gramado em frente ao Congresso Nacional.

O protesto é contra o financiamento privado de campanhas, que está em discussão por deputados na proposta de reforma política. A medida é considerada a principal polêmica do debate, colocando em lados opostos PT e PMDB, os dois maiores partidos do Congresso.

Segundo o integrante da Comissão para Reforma Política da CNBB, Marcello Lavenère, a ideia é mostrar para os congressistas a importância de banir o financiamento privado de campanhas.

Marcelo Camargo/Divulgação/Agência Brasil





"Nós estamos com 200 sacos simbolizando dinheiro numa manifestação contra essas propostas que constitucionalizam, que põem pessoas jurídicas, empreiteiras, financiando as eleições com consequências nefastas", disse.

O financiamento das eleições divide até mesmo o PMDB, partido do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (RJ), e que tem garantido que dará prioridade ao texto.

A maior parte dos peemedebistas que respondeu a uma sondagem interna declarou que prefere que as doações a candidatos sejam restritas a pessoas físicas ou que seja exclusivamente público. Mas a cúpula do PMDB, Cunha incluído, é a favor de que as empresas, hoje as maiores financiadoras das disputas eleitorais, continuem podendo fazer doações.

O STF (Supremo Tribunal Federal) caminha para proibir essa possibilidade, mas a Câmara pretende aprovar mudança na Constituição para incluir a doação de empresas antes que o tribunal conclua o julgamento. (FOLHAPRESS)

## **Aumenta pressão pela saída de João Vaccari Neto do PT**

Diante da convocação para depor à CPI da Petrobras, petistas do Congresso e aliados querem que ele deixe a legenda para evitar mais constrangimentos

Um dia depois de virar réu no processo da Operação Lava-Jato, o tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, enfrenta a convocação para prestar depoimento na CPI da Petrobras e a pressão de grande parte dos petistas para que deixe o partido a fim de evitar mais sangramento. Denunciado à Justiça por crimes de corrupção e lavagem de dinheiro, Vaccari constrange a legenda, a presidente Dilma Rousseff e aliados. Um dos temores é que ele chegue a ser preso em novas fases da investigação. A permanência dele é defendida, porém, pelo presidente da sigla, Rui Falcão.

A convocação do tesoureiro foi aprovada ontem pelos parlamentares, que referendaram 96 requerimentos, entre eles, cerca de 50 convocações, pedidos de oitivas e quebras de sigilos. Além de Vaccari, a comissão aprovou a vinda do empresário da Toyo Setal Augusto de Mendonça; do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho; da ex-gerente de Abastecimento da Petrobras Venina Velosa e a reconvocação do ex-gerente de Serviços da estatal Pedro Barusco. As datas dos depoimentos ainda precisam ser encaixadas no calendário.

Apesar do alto número de depoimentos, o colegiado não votou requerimentos para ouvir políticos e empreiteiros investigados na Lava-Jato. Acusado de blindar os colegas, o presidente da CPI, Hugo Motta (PMDB-PB), alegou que não havia acordo. Nos mais de 400 requerimentos, havia a solicitação para ouvir o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, também suspeito de participar do esquema de pagamentos de propinas na estatal, o senador Fernando Collor (PTB-AL) e o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. (NAIRA TRINDADE – CORREIO WEB)

## **STF abre inquérito para investigar José Agripino, presidente do DEM, acusado de cobrar propina**

Na mira – O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu abrir inquérito para investigar o presidente nacional do Democratas, senador José Agripino Maia (RN), atendendo a pedido encaminhado pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

Um dos principais e mais ácidos opositores do governo da petista Dilma Rousseff, o senador potiguar foi citado na delação premiada de um empresário do Rio Grande do Norte na qual é acusado de ter cobrado propina de R\$ 1 milhão para permitir um esquema de corrupção no serviço de inspeção veicular do Estado, conforme noticiou o UCHO.INFO na [edição de 24 de fevereiro passado](#).



O caso chegou ao Supremo neste mês e a decisão de abertura de inquérito foi tomada pela ministra relatora do caso, Cármen Lúcia, na última sexta-feira (20). O processo tramita na Corte em segredo de Justiça. Em depoimento ao Ministério Público do Rio Grande do Norte, na esteira de delação premiada, o empresário George Olímpio afirmou que, além de José Agripino, participavam do esquema criminoso a ex-governadora do Rio Grande do Norte e atual vice-prefeita de Natal, Wilma de Faria (PSB), seu filho Lauro Maia, o presidente da Assembleia Legislativa, Ezequiel Ferreira (PMDB), e o ex-vice-governador Iberê Ferreira (PSB), falecido em setembro do ano passado. Todos negam envolvimento no caso.

Segundo o delator, o acerto com Agripino teria acontecido durante encontro no apartamento de cobertura do senador, em Natal. “A informação que temos é que você deu R\$ 5 milhões para a campanha do Iberê”, teria dito o senador. George Olímpio, por sua vez, respondeu que doou R\$ 1 milhão para a campanha do ex-vice e prometeu entregar R\$ 200 mil imediatamente ao senador e outros R\$ 100 mil na semana seguinte. “Aí ficam faltando R\$ 700 mil”, teria dito Agripino. O empresário interpretou o comentário do senador como uma “chantagem”. “O R\$ 1,15 milhão foi dado em troca de manter a inspeção”, disse o empresário. De acordo com os promotores, George Olímpio teria montado um esquema que envolveria as principais autoridades do Estado para aprovar uma lei que criava o sistema de inspeção veicular no Rio Grande do Norte. A aprovação da lei, segundo as investigações, teria ocorrido à margem dos trâmites legais. O esquema de corrupção no Estado é investigado pela “Operação Sinal Fechado”, deflagrada em 2011, e o empresário George Olímpio é réu no processo.

José Agripino, que nega participação no esquema, disse desconhecer o pedido de abertura de inquérito no STF. “Não fui comunicado de nada e o que eu posso lhe dizer é que se trata de um reposicionamento por parte de alguém que foi a cartório declarar o contrário do que se supõe estar declarando agora. Trata-se de um processo que já foi apreciado na Procuradoria-Geral da República e arquivado. Eu não tenho informação sobre as razões que estariam levando à reabertura desse assunto”, afirmou Agripino ao jornal “O Estado de S. Paulo”.

Agripino alega que o delator teria registrado em cartório declaração na qual nega o teor das acusações feitas em delação premiada. O senador afirma que o caso já havia sido analisado pela Procuradoria-Geral da República e arquivado por “inexistência de indícios mínimos”. O parlamentar diz desconhecer os motivos que teriam levado à reabertura do caso.

O documento registrado em cartório a que se refere José Agripino traz a informação de que o empresário jamais teria lhe dado qualquer quantia, mas o delator, de acordo com os promotores, mudou de ideia em 2014.

José Agripino confirma que recebeu o empresário em sua cobertura em Natal, assim como em seu apartamento em Brasília, pois Olímpio seria “parente de amigos” de seu pai. O presidente nacional do DEM, contudo, nega ter cobrado ou recebido propinas. “Ele não me deu R\$ 1 milhão coisíssima nenhuma. Eu nunca pedi nenhum dinheiro, nenhum valor, conforme ele próprio declarou em cartório”, disse o senador quando o caso veio à tona, em fevereiro. “É uma infâmia.” (UCHO.INFO)

## **CNJ decide rever absolvição de juiz parado em blitz**

Decisão na época não foi unânime e gerou dúvida razoável sobre o caso

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vai revisar a decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) que absolveu o juiz João Carlos de Souza Corrêa em 2013. Corrêa foi parado em uma blitz em 2011, no Rio de Janeiro, e deu voz de prisão à agente do Detran que fez a abordagem. A conduta do magistrado não foi considerada passível de punição pelo TJRJ.



Juiz dirigia um carro com documentação irregular e sem habilitação

Foto: Facebook / Reprodução

A decisão, no entanto, não foi unânime. À época, o relator, desembargador Bernardo Moreira Garcez Neto, votou pela aplicação da pena de aposentadoria compulsória. Houve ainda desembargadores que votaram pela aplicação da pena de censura e de advertência. Isso motivou uma revisão do caso no CNJ.

“As discrepâncias entre os votos são tais que conduzem, no mínimo, a uma dúvida razoável capaz de ensejar a revisão disciplinar por este órgão”, disse o conselheiro Guilherme Calmon em seu despacho. Em seu voto, a corregedora nacional de Justiça, ministra Nancy Andrichi, explicou que no processo do TJRJ, os depoimentos são contraditórios sobre a postura de Corrêa e da agente, Luciana Tamburini. Segundo o CNJ, não há dúvidas, porém, que ele deu voz de prisão a ela e conduziu o próprio carro à delegacia, mesmo após Luciana ter determinado a apreensão do veículo.

No dia da abordagem, ela determinou que o carro do juiz fosse rebocado ao verificar uma série de irregularidades na documentação. Ao se identificar como magistrado, a agente disse a João Carlos que ele “era juiz, mas não Deus”. O magistrado então deu voz de prisão à agente e a processou. Em decisão judicial, Luciana acabou condenada a pagar R\$ 5 mil ao juiz por danos morais, o que foi mantido em segunda instância.

Não é a primeira vez que o juiz se envolve em polêmicas. De acordo com o CNJ, existem outros episódios atribuídos a ele e que podem caracterizar violação à Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman). Dentre eles, dirigir em alta velocidade e com uso de giroflex (luminoso utilizado em viaturas) e usar o cargo para tentar atracar um transatlântico que estava na região para que ele pudesse fazer compras no free shop da embarcação. “Os indícios de que há violação à Loman se mostram suficientes para embasar o pedido de revisão por esse plenário”, concluiu Nancy Andrichi. (AGÊNCIA BRASIL)